NOTA TÉCNICA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM FORTALEZA

REALIZAÇÃO

CEDECA
Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
C E A R Á

1. Introdução

Fortaleza, escolhida cidade sede da Copa do Mundo 2014, está também entre as cidades com mais altos índices de violência sexual contra crianças e adolescentes. Segundo CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Câmara Federal, a cidade ocupa o segundo lugar na rota de turismo sexual no Brasil. Os dados colhidos no monitoramento das políticas públicas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescente realizado pelo CEDECA Ceará nos anos de 2013 e 2014 contribuem para dar uma dimensão desse fenômeno e da problemática envolvida para sua superação.

Para termos uma dimensão do problema, só em 2013 foram realizados 1.353 exames sexológicos em crianças e adolescentes na Perícia Forense do Estado do Ceará - PEFOCE, a partir de guias expedidas pelas delegacias comuns distritais e pela única especializada em crimes contra crianças e adolescentes, a Delegacia contra Exploração de Crianças e Adolescentes - DCECA.

O Estado do Ceará também figura entre os estados com mais notificações de casos de violência sexual no Disque 100 (Disque Direitos Humanos ligado a Presidência da República). Em 2011, foram 7.868 denúncias de violência contra crianças e adolescentes, sendo 1.273 casos de violência sexual. Em 2012, tivemos um aumento considerável saltando de 1.273 para 1.968 casos denunciados, e em 2013 diminuindo para 1.363. Esses casos recepcionados pelo Disque Direitos Humanos são encaminhados para o Ministério Público (Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude), que realiza uma triagem e encaminha para os Conselhos Tutelares e Delegacia. Esse fluxo, na maioria dos casos, é bastante demorado, o que acaba por diminuir a credibilidade do instrumento. Casos denunciados em que a vítima está sendo naquele momento abusada ou explorada sexualmente não encontram retorno imediato, o que acaba por tornar a responsabilização do agressor mais difícil e a vítima suscetível a sofrer novamente a agressão.

APOIO

Intervita
www.intervita.it

De acordo com os dados apresentados pela DCECA, nem todas as denúncias efetuadas tornam-se inquérito e posteriormente processo judicial. Abaixo expomos os dados apresentados por esta especializada:

TIPO DE VIOLAÇÃO	ABUSO SEXUAL				EXPLORAÇÃO SEXUAL			
Registro	Boletim de ocorrência			Inquéritos	Boletim de ocorrência			Inquéritos
Ano referência	DCECA	Outra Delegacia	Total		DCECA	Outra Delegacia	Total	
2011	300	109	409	195	21	11	32	11
2012	342	140	482	237	28	11	39	10

Se compararmos ainda com os dados apresentados pela PEFOCE, acerca do número de exames sexológicos realizados, vamos encontrar a enorme disparidade, pois nem 30% dos casos denunciados e que a vítima é submetida ao exame pericial para compor uma das provas no inquérito são encaminhados para responsabilização do suposto agressor.

Apesar de figurar como cidade reconhecida por este lamentável índice, as políticas públicas de enfrentamento a violência sexual tem, no decorrer dos últimos anos, sofrido com a diminuição de recursos orçamentários e falta de estrutura para realização do atendimento às vítimas. Em Fortaleza, a principal política que realiza o atendimento socio-psico-jurídico das vítimas de violência sexual é a Rede Aquarela, que mantém uma unidade de acolhimento para as vítimas e também realiza um atendimento integrado com a Delegacia especializada. Em âmbito estadual, contamos com o Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS e o sistema de responsabilização que inclui a: DCECA, PEFOCE e a vara especializada em crimes sexuais (12ª vara criminal da comarca de Fortaleza).

Para o conjunto das organizações da sociedade civil, a Copa do Mundo figura como um evento potencialmente danoso com relação ao aumento desses índices. Por esta razão, desde 2011 temos apostado em denunciar a situação dos órgãos competentes em enfrentar essa questão e apontar as mudanças necessárias para coibir este tipo de crime em nosso estado. Realizamos no dia 18 de maio, Dia Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, por três anos seguidos, uma campanha que tinha como mote chamar atenção para esta realidade. Grandes obras e eventos, a partir de experiências em outros países e mesmo em outras regiões do Brasil, têm propiciado o aumento considerável no número de crianças e adolescentes exploradas e abusadas sexualmente.

Sabedores desta realidade e com o objetivo de mitigar esses efeitos, o governo federal, em parceria com as redes nacionais de enfrentamento a violência sexual, lançou o Comitê nacional da agenda de convergência para a proteção integral dos direitos da criança e do adolescente nos grandes eventos. Este comitê teve como um dos seus objetivos estimular a formação de comitês locais nas cidades sede de grandes eventos para a elaboração planos de convergência locais para a prevenção das violações aos direitos infanto-juvenis, incluindo a violência sexual no contexto da Copa do Mundo de 2014.

No entanto, essa proposta se mostrou pouco efetiva já no processo de realização da Copa das Confederações, bem como frente a todo cenário de reformulação violadora das cidades sedes da Copa do Mundo. Em Fortaleza, na Copa das Confederações de 2013, nem mesmo a Delegacia Especializada funcionou em regime de plantão, mantendo-se fechada após as 18h, finais de semana e feriados. Além disso, acompanhamos inúmeras apreensões de adolescentes nas manifestações realizadas neste período com constatações de abuso de autoridade, apreensões ilegais etc. Sem contar com toda a política de remoções de famílias perpetrada pelos governos em razão das grandes obras. A cidade de Fortaleza chega num número aproximado de 22 comunidades expulsas de seus locais de moradia.

No último mês de maio, o governo municipal lançou num grande evento público e midiático o plano de convergência local, com quase nenhuma proposta efetiva de melhoria da política de enfrentamento a violência sexual. O que mais foi divulgado como proposta foi a implementação do plantão dos órgãos do sistema de Segurança e Justiça. Política esta que já deveria ser uma realidade numa cidade com mais de 2 milhões e meio de habitantes, já que a maioria dos crimes contra crianças e adolescentes acontecem à noite e nos finais de semana1[1].

Em razão dos altos índices de violência sexual no nosso Estado, tivemos instalada, em 2005, pela Assembleia Legislativa do Ceará, uma Comissão Parlamentar de Inquérito- CPI para investigar o fenômeno da exploração sexual e casos emblemáticos de abuso sexual. Foi constatada a existência de redes de exploração contra crianças e adolescentes e desvelado que muitos dos órgãos que têm o dever legal de proteger crianças e adolescentes dessa violência não oferecem reais condições para a efetivação desse papel. Em 2012, a Câmara Municipal de Fortaleza instaura CPI sobre a Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, identificando 74 pontos de ESCCA na capital Cearense.

Ao longo de mais de duas décadas de mobilizações em torno do enfrentamento a violência sexual, foi recorrente a instalação de CPIs sobre a problemática, tanto em âmbito federal, como estadual e municipal. Se por um lado as CPIs colocaram na agenda política a questão da exploração sexual contra crianças e adolescentes, provocaram mudanças legislativas e levantaram informações quanto a organização das redes criminosas, por outro lado não conseguiram avançar na responsabilização dos agressores e desbaratamento dessas redes.

Este documento tem como objetivo apresentar os dados colhidos e informações levantadas sobre a política pública de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, confrontando com os dados orçamentários e tecendo um paralelo com os investimentos realizados para a concretização de políticas de infraestrutura para as Copas.

2. Os recursos públicos para o enfrentamento da violência sexual

É possível verificar na esfera governamental, tanto no âmbito municipal e estadual, uma dificuldade na execução orçamentária e financeira das políticas públicas voltadas à criança e adolescente, principalmente aquelas relacionadas à proteção social básica e especial, dentre as quais se incluem as políticas de enfrentamento à violência sexual.

Nesse contexto, é importante o monitoramento contínuo da execução orçamentária e financeira do município e do estado, como ferramenta de controle social para o efetivo cumprimento da Prioridade Absoluta de crianças e adolescentes na destinação de recursos públicos, conforme estabelece o artigo 4º, da Lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

De acordo com as Leis Orçamentárias de 2012 e 2013 da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), a Secretaria de Turismo previu a realização de uma ação, descrita na tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Detalhamento dos Recursos por Programa/Ação – Prefeitura de Fortaleza

Órgão	Programa/Ação	LOA 2012	LOA 2013	%

[1] Os plantões para crimes contra a criança e o adolescente em Fortaleza são realizados na Delegacia de Defesa da Mulher, que já é, por conta de sua própria demanda superlotada, especialmente às noites e finais de semana, quando passa ainda a ter que lidar com os crimes de competência da DCECA.

Secretaria de Turismo de Fortaleza	Enfrentamento à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente	667.341	684.634	2,59%

Fonte: Loa 2012 e LOA 2013

Analisando essa tabela, verifica-se que essa Secretaria ficou responsável por gerir e aplicar parte dos recursos públicos voltados ao enfrentamento à exploração sexual da criança e do adolescente. Observa-se que de um ano para o outro houve um acréscimo de apenas 2,59%, o que não cobre sequer o índice inflacionário do período de 5,5%, conforme o INPC.

Em 2014, a política relacionada a campanha de enfrentamento a violência sexual ficou alocada na Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, com um valor bem menor, como apresentado na tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Detalhamento dos Recursos por Programa/Ação - Prefeitura de Fortaleza - 2014

Órgão	Programa/Ação	LOA 2014	Fonte %
Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos	Realização de Campanha de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes - Carnaval	77.000,00	0100 - Material de Consumo - R$ 7.000 0100 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 70.000

Fonte: Loa 2014

Enquanto esse programa/ação ligado a Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos surge como uma novidade em relação aos anos anteriores, o programa/ação "Enfrentamento à exploração sexual da criança e do adolescente" ligado a Secretaria de Turismo não consta mais na LOA de 2014. Se compararmos esses dois programas/ações vemos que houve uma queda de recursos para a área de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Na tabela 3, trazemos dados comparativos dos recursos voltados ao Enfrentamento à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente oriundos da Secretaria de Turismo de Fortaleza em relação os gastos com o Cerimonial do Gabinete do Prefeito nos anos de 2012 e 2013.

Tabela 3: Comparação de Recursos Cerimonial e Exploração Sexual

Órgão	Programa/Ação	LOA 2012	LOA 2013
Secretaria de Turismo de Fortaleza	Enfrentamento à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente	667.341	684.634
Gabinete do Prefeito	Manutenção Cerimonial	796.755	808.843
	Diferença dos Recursos	**129.414**	**124.209**

Fonte: Loa 2012 e Loa 2013

Pelos dados, verifica-se que embora o programa/ação Manutenção do Cerimonial tenha tido um acréscimo de recursos de 1,52% em relação ao ano anterior, enquanto os recursos voltados para a Exploração Sexual de Criança e do Adolescente, conforme já comentado, foi de 2,59%, aqueles valores nominais ainda são maiores do que estes. Em 2012 a ação "manutenção cerimonial" possuía o montante de R$ 129.414 (cento e vinte nove mil reais, quatrocentos e quatorze reais) maior que o

voltado ao Enfrentamento a Exploração Sexual. Já em 2013 essa diferença é de R$ 124.209 (cento e vinte e quatro mil duzentos e nove reais). Isso denota a ausência de prioridade para a política de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, tendo em vista essa comparação e o montante destinado a uma ação sem nenhuma relevância social.

Por fim, cumpre salientar que todos os recursos previstos para o Cerimonial têm como fonte de recursos as receitas próprias (Fonte 100), ou seja, os recursos arrecadados através dos impostos municipais como o IPTU, ISS, ITBI e as Taxas. Já os recursos para o enfrentamento à exploração sexual vem de receitas próprias e de repasses do governo federal.

Passemos a análise da execução orçamentária do programa/ação Enfrentamento à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente da Secretaria Municipal de Turismo.

Tabela 4: Execução Orçamentária da Setfor - (Secretaria Municipal de Turismo) Prefeitura de Fortaleza

Programa/Ação	Loa 2010	Execução 2010	Loa 2011	Execução 2011	Loa 2012	Execução 2012	Loa 2013	Execução 2013
Enfrentamento à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente	505.697	585.868,33	637.081	39.380,00	667.341	0,00	684.634	3.267,51
% de Aplicação	115,85%		6,18%		0,00%		0,48%	

Fonte: Balanço Geral e Lei Orçamentária Anual

No exercício de 2011, a dotação autorizada para o programa Enfrentamento à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente foi de R$ 637.081 (seiscentos e trinta e sete mil, e oitenta e um reais), sendo efetivamente executado apenas 6,18% destes recursos, o que equivale a R$ 39.380,00 (trinta e nove mil trezentos e oitenta reais).

Quando analisamos a execução orçamentária do ano de 2012, percebemos que a situação fica ainda mais crítica, pois do total autorizado de R$ 667.341 (seiscentos e sessenta e sete mil, trezentos e quarenta e um reais), nada foi executado. Isso mesmo, inexistiu alocação de recursos no ano de 2012 por parte da Prefeitura Municipal de Fortaleza este programa!

Já no ano de 2013, houve um dispêndio financeiro de R$ 3.267,51 (três mil, duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta e um centavos), o que representou uma execução orçamentária de apenas 0,48%.

Em relação ao principal programa de enfrentamento a violência sexual desenvolvido pelo Município de Fortaleza, a Rede Aquarela, a redução de recursos orçados e a baixa execução orçamentária é ainda mais alarmante. A tabela 5 evidencia a previsão dos recursos no orçamento dos anos de 2012 e 2013.

Tabela 5: Detalhamento dos Recursos por Programa/Ação - Prefeitura de Fortaleza

Órgão - Programa/ação	LOA 2012	LOA 2013	%
Fundação da Criança e da Família Cidadã			
Rede Aquarela	858.010	911.290	6,21%

Fonte: Loa 2012 e Loa 2013

A Rede Aquarela teve um aumento de apenas R$53.280 (cinquenta e três mil, duzentos e oitenta reais), o que corresponde em termos percentuais a um aumento de 6,21% entre o previsto no ano de 2012 para o ano de 2013.

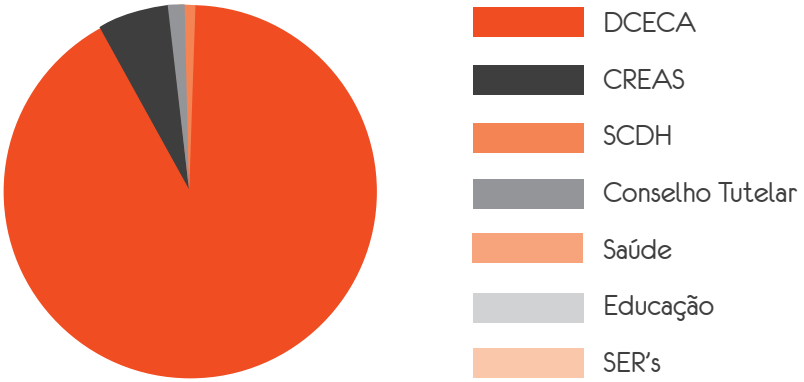
O Rede Aquarela é um programa municipal da Secretaria da Cidadania e Direitos Humanos - SCDH, constituí¬da em 2005 como uma polí¬tica prioritária para a promoção, defesa e garantia dos direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famí¬lias, que executa e coordena ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes da cidade de Fortaleza. Vinculado à Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI, tem como objetivo realizar atendimento e acompanhamento sistemático a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual (abuso sexual e exploração sexual comercial), bem como a seus familiares, fortalecendo o exercício da cidadania através de um conjunto articulado de ações no âmbito da política de assistência social e demais políticas públicas. (sugestão de vir em um box)

Uma das ações do Programa Rede Aquarela é a manutenção de uma equipe na Delegacia Especializada de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes – DCECA, já que esta não conta com uma equipe própria com assistente social e psicóloga para o suporte a vítimas e suas famílias. A equipe de referência Aquarela / DCECA tem o papel de acompanhar os casos, orientando e dando suporte jurídico e psicossocial às vítimas e seus familiares e, ainda é responsável pela triagem e encaminhamento dos casos que chegam a Delegacia para os serviços de atendimento psicossociais às vítimas, que é realizado pelo Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS ou pelo núcleo de atenção psicossocial da Rede Aquarela.

O Programa dispõe ainda de uma equipe multidisciplinar para a disseminação da metodologia do Programa de Ações Integradas e Referenciais (PAIR) de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro, Disseminação Aquarela / PAIR. Esta equipe atua articulando redes comunitárias em regiões conhecidas por terem alto índice de exploração sexual, como Jangurussu, Praia do Futuro e Barra do Ceará. Há ainda o Espaço Aquarela, que realiza o acolhimento institucional com capacidade para o acolhimento de 12 adolescentes do sexo feminino vítimas de exploração sexual e tráfico para fins de exploração sexual.

O programa Rede Aquarela tem a DCECA como a instituição que mais encaminha casos. Constatamos isso ao observar que em 2013 a Delegacia foi responsável por 200 encaminhamentos, seguida pelo CREAS que realizou 13 encaminhamentos e o Conselho Tutelar que realizou apenas 03 encaminhamentos. Observe gráfico abaixo:

GRÁFICO 01



Ressaltamos que a quantidade de encaminhamentos realizados pela DCECA se dá devido a presença da equipe do Rede Aquarela na Delegacia. Esses dados nos sinalizam com bastante nitidez o quanto as vítimas de violência sexual não estão sendo plenamente protegidas, visto que o serviço de atendimento especializado existente recebe poucos encaminhamentos das demais portas de entrada para denuncias, tais como os Conselhos Tutelares, as unidades de saúde, e de educação. Isso implica em que, para ter acesso ao atendimento psicossocial a vítima tem, quase que necessariamente, denunciar o agressor.

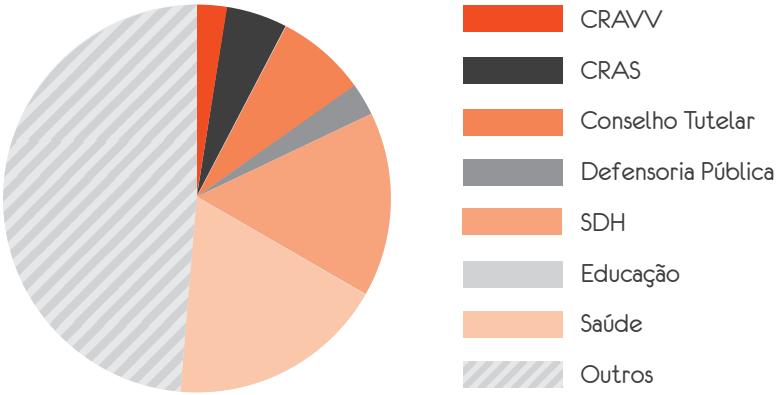
Por oportuno lembramos que considerável parte das vezes em que as vítimas de violência sexual atendidas pelas unidades de saúde ou pela escola sinalizam ter vivido a violência, muitas vezes

esses equipamentos não cumprem com o seu dever legal de encaminhar a denúncia para os órgãos competentes e apoiar a vítima junto a rede de atendimento.

Outro dado que nos chama atenção é que durante o ano de 2013, o Rede Aquarela realizou apenas 39 encaminhamentos, sendo: 01 para o Centro de Referência a Vitimas de Violência - CRAVV, 02 para o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, 03 ao Conselho Tutelar, 01 para a Defensória Pública, 06 para Secretaria de Direitos Humanos (sem especificar para qual política), 07 para os equipamentos de saúde, e sinalizaram mais 19 outros encaminhamentos sem especificar qual seria.

Se 217 crianças e adolescentes estavam sendo atendidas pela Rede esse ano, nos perguntamos se as demais crianças e adolescentes recepcionadas já haviam sido atendidos pelas outras políticas, fundamentais para restituição de direitos, ou se os demais equipamentos não estavam disponíveis na cidade. Outra hipótese é que os encaminhamentos não estejam sendo registrados de modo que possamos saber o fluxo de proteção a vítima. É o que se observa no gráfico abaixo.

GRÁFICO 02



A Rede Aquarela tem uma equipe de 03 psicólogas, 01 assistente social, 4 educadoras sociais. A equipe tem a sua disposição 01 Kombi e 01 carro pequeno para as visitas e encaminhamentos. Todos profissionais são terceirizados e há alta rotatividade no quadro profissional devido a precarização da relação de trabalho desses profissionais e os baixos salários. O aspecto da rotatividade dos profissionais não pode ser negligenciado, pois se pensamos em um atendimento, por exemplo, psicológico, é inadmissível pensar que a terapeuta mudará a cada ano ou seis meses, quebrando assim um ciclo de confiança e segurança construído entre terapeuta - paciente.

Importante salientar que hoje, devido a quantidade de profissionais versus crianças e adolescentes atendidas, o atendimento psicológico da Rede Aquarela não é semanal. Há casos, segundo relatos de usuários, que o atendimento acontece trimestralmente. Compreendendo a violência sexual como uma violência que deixa profundas marcas, e que o acompanhamento terapêutico é fundamental para a resiliência da vítima, nos perguntamos se um atendimento bimensal ou trimestral consegue cumprir o seu propósito.

Passemos, então, a analisar a execução orçamentária dessa política da Prefeitura Municipal de Fortaleza a partir dos dados contidos na tabela 6.

Tabela 6: Execução orçamentária da FUNCI- Rede Aquarela

Órgão - Programa/ação	LOA 2010	Execução 2010	LOA 2011	Execução 2011	LOA 2012	Execução 2012	LOA 2013	Execução 2013
Fundação da Criança e da Família Cidadã	----------	----------	---------	----------	---------	----------	---------	----------

Rede Aquarela	253.823	240.469,94	304.000	266.476,12	858.010	236.202,43	911.290	38.143,16
% de Aplicação	**94,74%**		**87,66%**		**27,53%**		**4,19%**	

Fonte: Balanço Geral e Lei Orçamentária Anual.

A Rede Aquarela teve como despesa autorizada no ano de 2011 o valor de R$ 304.000 (trezentos e quatro mil reais), sendo executado o valor de R$ 266.476,12 (duzentos e sessenta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e doze centavos), ou seja, uma execução de 87,66%.

Para 2012, observou-se um crescimento considerável na alocação dos recursos em relação ao ano de 2011. Naquele ano o valor era de somente R$ 304.000 (trezentos e quatro mil reais), enquanto para 2012 o valor fixado da despesa passa a ser de R$ 858.010 (oitocentos e cinquenta e oito mil e dez reais). No entanto, analisando a execução orçamentária dos recursos, verifica-se em termos numéricos praticamente a mesma execução. Em 2011 o valor executado foi de R$ 266.476,12 (duzentos e sessenta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e doze centavos), enquanto em 2012 o valor empenhado foi de R$ 236.202,43 (duzentos e trinta e seis mil, duzentos e dois reais e quarenta e três centavos), sendo que esse valor em termos percentuais é de 27,53%.

Já para o ano corrente de 2013 foi fixado no orçamento a quantia de R$ 911.290 (novecentos e onze mil, duzentos e noventa reais), tendo sido executada a ínfima quantia de R$ 38.143,16 (trinta e oito mil, cento e quarenta e três reais e dezesseis centavos), o que representa uma execução de apenas 0,48%. Desta forma, entende-se que essa política pública não foi tida como prioritária no ano de 2013.

Vejamos agora a quadro comparativo do orçamento de 2013 e 2014 no que se refere ao programa/ação– Rede Aquarela. Destaca-se que essa política para o ano de foi subdivida em duas ações específicas, a tabela 7 apresenta os dados:

Tabela 7 - Detalhamento dos Recursos por Programa/Ação - Prefeitura de Fortaleza - Rede Aquarela

Órgão - Programa/ação	LOA 2013	LOA 2014	%
Fundação da Criança e da Família Cidadã			
Programa - Rede Aquarela	911.290	1.017.278	11,63%
Detalhamento do Programa			
Capacitação para a prevenção e o enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente - Rede Aquarela	911.290	839.500	-7,88%
Atendimento psicossocial à crianças e adolescentes vítimas de violência sexual - Rede Aquarela	Não Existia	R$ 177.778	

Fonte: Loa 2013 e Loa 2014

Constata-se um aumento na fixação dos recursos voltados ao Programa Rede Aquarela no percentual de 11,63%, uma vez que os recursos previstos para o ano de 2013 foi de R$ 911.290 (novecentos e onze mil, duzentos e noventa reais), e para o ano de 2014 esse valor passa a ser de R$ 1.017.278 (um milhão, dezessete mil, duzentos e setenta e oito reais).

A tabela 7 demonstra também o detalhamento da Rede Aquarela. A ação capacitação para a prevenção e o enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente tem um decréscimo de recursos na ordem 7,88% e, em termos financeiros no valor de R$ 71.790,00 (setenta e um mil,

setecentos e noventa reais), em relação ao ano anterior. A redução do valor chama a atenção ainda mais no período da Copa do Mundo de 2014. Recente reportagem do jornal britânico The Guardian coloca Fortaleza como a capital brasileira da exploração sexual de crianças e adolescentes. "É um imã para o turismo sexual", enfatiza a matéria.

Com a mudança de gestão, foi incluída uma nova ação relacionado à violência sexual, dentro da Rede Aquarela, o "Atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual – Rede Aquarela, que teve uma fixação de recursos no valor de R$ 177.778,00 (cento e setenta e sete mil, setecentos e setenta e oito reais). É salutar a inserção dessa política pública, uma vez que os serviços de atendimento nessa área buscam promover o fortalecimento psicossocial de crianças e adolescentes em situação de violência e o acesso aos recursos sociais e institucionais que as auxiliem no enfrentamento do problema. Contudo, o valor é pouco representativo. Para se ter uma ideia da escassez da fixação dos recurso, se fosse divido por 12, daria a quota mensal de R$ 14.814,83, montante esse insuficiente para a aplicação de uma política pública eficiente para realizar atendimento as vítimas de violência sexual em Fortaleza.

Passemos a análise do orçamento estadual. Na tabela 8 estão os programas/ações do governo estadual que tem por escopo o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes com suas respectivas previsões orçamentárias e execuções nos anos de 2010, 2011 e 2012. Essas são as políticas desenvolvidas pelo ente estadual:

Tabela 8: Detalhamento dos Recursos por Programa/Ação - Governo do Estado do Ceará

Programa/Ação	Loa 2010	Execução 2010	Loa 2011	Execução 2011	Loa 2012	Execução 2012
Articulação e Fortalecimento das ações junto a Criança e ao Adolescente para o combate ao abuso e a exploração sexual	1.000	0,00	26.966,00	0,00	15.000,00	0,00
% de Aplicação	**0,00%**		**0,00%**		**0,00%**	
Capacitação dos profissionais da Assistência Social (CRAS, CREAS e PETI)	45.000	0,00	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe
% de Aplicação	**0,00%**		**Não existe**		**Não existe**	
Apoio às ações de prevenção a violência sexual contra criança e adolescentes	16.000	0,00	26.966,00	0,00	Não existe	Não existe
% de Aplicação	**0,00%**		**0,00%**		**Não existe**	
Apoio garantia e proteção social a criança e ao adolescente vítima de violência, abuso e exploração sexual	16.000	0,00	26.966,00	0,00	25.000,00	0,00
% de Aplicação	**0,00%**		**0,00%**		**0,00%**	
Capacitação de profissionais para o enfrentamento da Exploração Sexual contra crianças e adolescente no âmbito do turismo	1.000	0,00	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe
% de Aplicação	**0,00%**		**Não existe**		**Não existe**	

Reaparelhamento e Modernização da Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) e Delegacia de Combate a Exploração de Criança e Adolescente (DCECA)	250.000	0,00	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe
% de Aplicação	**0,00%**		**Não existe**		**Não existe**	
Implantação e Cofinanciamento dos Centros de Referência Especializados-CREAS - Fortaleza	6.676.104	5.695.796,42	7.149.492	6.401.513,50	7.335.125,62	6.185.886,80
% de Aplicação	**85,32%**		**89,54%**		**84,33%**	
Criação de Grupos no âmbito escolar que desenvolvam ações preventivas de combate à exploração sexual, à prostituição e à criminalidade-Polícia Civil.	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	4.479	0,00
% de Aplicação	**Não existe**		**Não existe**		**0,00%**	
Estudos e Projetos/Combate à exploração sexual	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	5.500,00	0,00
% de Aplicação	**Não existe**		**Não existe**		**0,00%**	
Qualificação profissional para Beneficiários do Cadúnico -PIS (Formação continuada de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos que realizam o atendimento inicial de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes)	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	1.055.574,15	77.967,00
% de Aplicação	**Não existe**		**Não existe**		**7,39%**	

Fonte: Balanço Geral do Estado 2010, 2011, LOA 2010, 2011 e 2012, Portal da Transparência do Estado

Para uma melhor análise dos dados, principalmente em termos de comparação os programas/ações foram listados conforme seu objetivo final. Como exemplo podemos citar a ação Apoio garantia e proteção social a criança e ao adolescente vítima de violência, abuso e exploração sexual que nos anos de 2010 e 2011, tinham essa nomenclatura, mas em 2012 o nome da ação passa ser Estudos e Projetos/ Proteção Social à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência, Abuso e Exploração Sexual.

Conforme dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, houve um aumento de 23% de denúncias de violência sexual no período de Janeiro a Abril de 2012 quando se comparado com o mesmo período de 2011. Fortaleza capital do Ceará, segundo o relatório da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Câmara Federal, ocupa o segundo lugar na rota do turismo sexual no Brasil, perdendo apenas para o Rio de Janeiro.

De acordo com os dados analisados, algumas políticas públicas sequer saíram do papel, ou seja, não tiveram uma execução de recursos, entre elas podemos citar Articulação e Fortalecimento das ações junto a Criança e ao Adolescente para o combate ao abuso e a exploração sexual e Apoio garantia e proteção social a criança e ao adolescente vítima de violência, abuso e exploração sexual. O que se denota é que a única política de atendimento as vítimas que de fato está sendo implementada são os aparelhos da assistência social, no caso os Centros de Referência Especializados da Assistência Social- CREAS, com uma execução de R$ 6.185.886,80 em 2012. Vale destacar que os CREAS executam o atendimento não só para crianças e adolescentes, nesta ação envolve o atendimento a todos os públicos em situação de violações de direitos.

Os dados do ano de 2013 seguem na tabela 10, abaixo, e dão conta de uma realidade bastante semelhante a dos anos anteriores.

Tabela 9: Detalhamento dos Recursos por Programa/Ação - Governo do Estado do Ceará - 2013

Especificação	Orçamento	Execução 2013
Criação de grupos no âmbito escolar que desenvolvam ações preventivas de combate à exploração sexual, à prostituição e à criminalidade- Polícia Civil.	R$ 50.000	0,00%
% de aplicação	**0,00%**	
Estudos e projetos/Criação de Núcleos integrados de combate a violência sexual contra criança e adolescentes	R$ 4.000	R$ 0,00
% de aplicação	**0,00%**	
Implantação do programa de ações integradas e referenciais de enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil (PAIR)	R$ 305.936,05	R$ 0,00
% de aplicação	**0,00%**	
Cofinanciamento, Implantação e Acompanhamento das Ações do CREAS	R$ 7.665.290,76	R$ 6.196.822,45
% de aplicação	**94,88%**	

Fonte: SIOF – Governo do Estado

Constata-se pela tabela acima que três políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência sexual sequer foram executadas, entre elas destaca-se o "PAIR" e o projeto de "Criação de Núcleos integrados de combate à violência sexual contra criança e adolescentes".

A única exceção na aplicação dos recursos previstos são os recursos voltados ao CREAS, como já falado anteriormente, que durante os três anos analisados, 2010, 2011 e 2012, têm uma aplicação sempre superior a 80% dos recursos fixados inicialmente.

3. Conclusão

Diante do quadro apresentado, chegamos a conclusão que a infância não é prioridade em nosso estado. Os recursos orçamentários que já eram poucos foram reduzindo ano a ano, enquanto assistimos altos investimentos em políticas, projetos e obras que não estão beneficiando a população. Podemos citar uma única obra projetada para assistir a demanda da Copa do Mundo, como é o caso do Veículo Leve sob Trilhos, terá um custo aproximado de R$ 275 milhões, e vai remover cerca de 22 comunidades das suas moradias, gerando insegurança e ainda mais vulnerabilidade para as crianças e adolescentes.

A não prioridade para as políticas sociais somadas a política de segregação e criminalização das comunidades implementada pelos governos com forte aliança da especulação imobiliária, agrava ainda mais a situação das famílias, especialmente das crianças e adolescentes. Esse público é o que mais convive e necessita, para o seu desenvolvimento, das redes associativas e comunitárias de proteção, que estão sendo desfeitas com esses processos de remoções em massa. Os governos e a especulação imobiliária projetam para a cidade de Fortaleza, a periferização geográfica da pobreza

e a ocupação privada dos espaços antes ocupados por essas comunidades.

Com o rompimento dos laços comunitários, as crianças e adolescentes ficam mais suscetíveis às violências (violência física e psicológica, maus tratos, violência sexual, etc.), não existem mais a escola, o posto de saúde e a vizinhança que conhecem e se reconhecem na teia de proteção social, esses laços são rompidos. Não há mais aquela vizinha que ficava com as crianças para a mãe ir trabalhar, tampouco a escola e os professores que apoiavam nas obrigações comunitárias, o trabalho não é mais perto de casa, ficando meninos e meninas à mercê de políticas públicas precárias. Este é um ambiente muito propício para a atuação das redes de exploração, seja sexual ou do tráfico de drogas que, em muitos casos, andam de mãos dadas.

Para agudizar ainda mais a situação, o governo municipal ampliou a dívida pública municipal o que onera, ainda por mais tempo, o orçamento público, sobretudo, o voltado para as políticas sociais. O contingenciamento com a restrição de recursos já está sendo sentido desde o primeiro Plano Plurianual dessa nova gestão, que reduziu em cerca de 30 milhões o orçamento voltado para o público crianças e adolescentes. O percurso do endividamento tem a previsão de um aumento de 94,95% em 2014 se comparado com o ano de 2011, 114,26% em relação a ano de 2015 e 129,50% em relação ao ano de 2016 (Dados oficiais do balanço geral do SIOF, SEPOG, SEFIN, em 05 de abril de 2013). Isso sem contar as isenções fiscais dos impostos federais que a FIFA ganhou, na ordem aproximada de 550 milhões, dentre estes, o imposto de importação, de produtos industrializados e de renda, de acordo com a Receita Federal. Ou seja, a União deixa de arrecadar recursos que poderiam ser destinados para as políticas públicas em benefício do interesse privado da FIFA. O modelo de desenvolvimento implementado não garante direitos. O acesso a consumo ou bens de consumo não significa o acesso a cidade. Não se rompe com o ciclo de uma cidade excludente, de não acesso a equipamentos, serviços públicos e espaços públicos.

Mesmo sem inda ter começado, o saldo da Copa do Mundo não é positivo para Fortaleza, este é um custo que não se gostaria de pagar. A população não foi chamada a opinar! As manifestações de rua são expressões desse descontentamento. E para somar às inúmeras violações já sofridas, o governo brasileiro tem investido vultosos recursos para reprimir aqueles que estão nas ruas, manifestando o seu repúdio a esse modelo. Aqui no Estado do Ceará estava previsto para ser investido em "segurança pública":

Especificação	Valor
Aquisição de viaturas para a Secretaria da Segurança Pública	R$ 34,743 milhões
Aquisição de viaturas para a Guarda Municipal	R$ 8,776 milhões
Reestruturação e aquisição de equipamentos	R$ 32,572 milhões
Reestruturação e aquisição de equipamentos de TI	R$ 1,082 milhão
Modernização instrumental de apoio a Guarda Municipal	R$ 12,016 milhões
Ciops	R$ 25,513 milhões

Fonte: Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Fortaleza- 2013

A violência sexual é uma violação de direitos bastante complexa, pois envolve grandes redes econômicas do turismo sexual envoltas a questões socioculturais, de responsabilização e culpabilização das vítimas que encontra no modelo de desenvolvimento em curso guarida para se manter impune e legitimada.

Esta é uma realidade que precisa ser mudada e a mobilização social é um importante passo nessa direção. Também é preciso que se produzam informações que se contraponham às oficiais para que se possa dar visibilidade a realidade da população local das cidades que sediam estes grandes eventos, em especial das crianças e adolescentes. Este documento busca contribuir com ambas as estratégias.

Fortaleza/CE, junho/2014.